



Ministério das Finanças  
e do Fomento Empresarial

Direção Nacional do Orçamento  
e da Contabilidade Pública

***Relatório Financeiro sob o  
Regime de Caixa de acordo  
com as Normas Internacionais  
da Contabilidade para o Setor  
Público (IPSAS na base de caixa).***

**Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa de acordo  
com as Normas Internacionais da Contabilidade para o  
Setor Público (IPSAS na base de caixa)**

**Demonstrações Financeiras**  
**1 de janeiro a 30 de setembro de 2023**

## Índice

1. Demonstração do Fluxo de Caixa .....	5
2. Demonstração do Desempenho Orçamental.....	6
3. Notas Explicativas .....	7
Nota 1: Contexto Operacional.....	7
Nota 2: Políticas Contabilísticas.....	7
Nota 3: Abrangência.....	8
Nota 4: Data da Autorização.....	8
Nota 5: Das Receitas e Despesas.....	8
Nota 6: Caixa e Equivalentes de Caixa.....	9
Nota 7: Impostos.....	9
Nota 8: Contribuições para Segurança social .....	9
Nota 9: Transferências .....	10
Nota 10: Outras Receitas do Estado .....	10
Nota 11: Outros Recebimentos .....	11
Nota 12: Pessoal e Encargos.....	11
Nota 13: Aquisição de bens e serviços .....	12
Nota 14: Juros e outros encargos .....	12
Nota 15: Subsídios .....	12
Nota 16: Transferências.....	13
Nota 17: Benefícios Sociais.....	13
Nota 18: Outras Despesas do Estado .....	14
Nota 19: Adiantamentos por regularizar .....	14
Nota 20: Outros Pagamentos .....	14
Nota 21: Venda de ativos não financeiros.....	15
Nota 22: Empréstimos concedidos – amortização .....	15
Nota 23: Depósitos Certificação Poupança Mi - Levantamentos.....	15
Nota 24: Compra de Ativos não Financeiros.....	15
Nota 25: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição.....	16
Nota 26: Empréstimos Concedidos Mercado Interno .....	16
Nota 27: Empréstimos Obtidos – Mercado interno.....	17
Nota 29: Amortização de Empréstimo Interno.....	17
Nota 30: Amortização de Empréstimo Externo .....	18
Nota 31: Amortização de Empréstimo Leasing.....	18
Nota 34: Saldo Inicial e Final de Caixa.....	18

## Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

### 1. Demonstração do Fluxo de Caixa

Mapa do IPSAS - Demonstrativo de Fluxo de Caixa	2022	2023	Referência
<b>Fluxos Operacionais</b>			
<b>Recebimentos</b>	<b>50 200 692 119</b>	<b>55 287 240 971</b>	
Impostos	32 006 237 139	37 021 282 842	7
Segurança Social	53 833 062	59 270 055	8
Transferências	1 083 381 295	1 783 683 020	9
Outras Receitas do Estado	4 538 185 985	9 370 353 914	10
Outros recebimentos (terceiros)	12 519 054 638	7 052 651 140	11
<b>Pagamentos</b>	<b>56 876 014 803</b>	<b>54 075 628 392</b>	
Despesas com pessoal	16 527 784 932	15 719 677 525	12
Aquisição de bens e serviços	6 699 149 795	7 900 369 952	13
Juros e outros encargos	3 918 483 971	4 475 277 498	14
Subsídios	1 387 786 196	1 897 495 551	15
Transferências	3 899 852 238	4 065 647 968	16
Benefícios Sociais	6 401 265 597	7 047 407 175	17
Outras Despesas	1 915 170 204	1 183 170 314	18
Adiantamentos por regularizar	684 600 205	677 603 131	19
Outros pagamentos (terceiros)	15 441 921 665	11 108 979 278	20
<b>Fluxo Líquido Operacional</b>	<b>-6 675 322 685</b>	<b>1 211 612 579</b>	
<b>Fluxos de Investimentos</b>			
<b>Recebimentos</b>	<b>3 439 654 962</b>	<b>3 395 397 716</b>	
Venda activos não financeiros	419 073 018	105 911 811	21
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	150 908 816	52 060 263	22
Depósitos Certif. Depósito Poupan Mi - Levantament	2 869 673 128	3 237 425 642	23
<b>Pagamentos</b>	<b>5 861 586 161</b>	<b>5 273 033 791</b>	
Compra de activos não financeiros	2 946 073 724	2 810 282 493	24
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	1 938 630 558	2 002 459 531	25
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	976 881 879	460 291 767	26
<b>Fluxo Líquido Investimento</b>	<b>-2 421 931 199</b>	<b>-1 877 636 075</b>	
<b>Fluxos de Financiamento</b>			
<b>Recebimentos</b>	<b>25 639 921 471</b>	<b>15 668 964 179</b>	
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	21 262 721 410	9 262 610 373	27
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	4 377 200 061	6 406 353 806	28
<b>Pagamentos</b>	<b>15 312 092 278</b>	<b>17 807 309 715</b>	
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações	9 433 495 504	10 584 950 872	29
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	5 784 658 976	7 162 162 386	30
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	93 937 798	60 196 457	31
<b>Fluxo Líquido Financiamento</b>	<b>10 327 829 194</b>	<b>-2 138 345 536</b>	
<b>Fluxo Líquido Total</b>	<b>1 230 575 311</b>	<b>-2 804 369 031</b>	
<b>Saldo Inicial de Caixa</b>	<b>2 007 549 781</b>	<b>3 894 356 719</b>	32
<b>Saldo Final de Caixa</b>	<b>5 976 228 671</b>	<b>3 072 928 070</b>	32

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

## Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

### 2. Demonstração do Desempenho Orçamental

Mapa do IPSAS - Demonstrativo Desempenho Orçamental	Orçamento Inicial	Orçamento Atual	Realizadas	% Inicial	% Atual
<b>Receitas operacionais</b>					
Impostos	44 350 416 191	44 350 416 191	37 021 282 842	83,5%	83,5%
Segurança Social	71 424 961	71 424 961	59 270 055	83,0%	83,0%
Transferências	6 008 611 363	8 502 245 608	1 783 683 020	29,7%	21,0%
Outras receitas	13 807 926 062	13 807 926 062	9 370 353 914	67,9%	67,9%
Outros recebimentos			7 052 651 140	-	-
<b>Soma das Receitas operacionais</b>	<b>64 238 378 577</b>	<b>66 732 012 822</b>	<b>55 287 240 971</b>	<b>86,1%</b>	<b>82,8%</b>
<b>Receitas (vendas) dos Ativos e Passivos</b>					
	<b>747 401 943</b>	<b>747 401 943</b>	<b>105 911 811</b>	<b>14,2%</b>	<b>14,2%</b>
Ativos Fixos	398 463 054	398 463 054	15 437 284	3,9%	3,9%
Valores	113 938 889	113 938 889	67 074 456	58,9%	58,9%
Recursos naturais	220 000 000	220 000 000	23 400 071	10,6%	10,6%
<b>Soma Venda de Ativos e Passivos</b>	<b>747 401 943</b>	<b>747 401 943</b>	<b>105 911 811</b>	<b>14,2%</b>	<b>14,2%</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>64 985 780 520</b>	<b>67 479 414 765</b>	<b>55 393 152 782</b>	<b>85,2%</b>	<b>82,1%</b>
<b>Despesas Operacionais</b>					
Despesas com pessoal	24 581 079 331	24 845 483 513	15 719 677 525	64,0%	63,3%
Aquisição de bens e serviços	14 764 544 188	17 016 276 375	7 900 369 952	53,5%	46,4%
Juros e outros encargos	5 877 243 068	5 877 243 068	4 475 277 498	76,1%	76,1%
Subsídios	2 021 562 074	2 545 574 925	1 897 495 551	93,9%	74,5%
Transferências	6 502 473 249	6 615 846 096	4 065 647 968	62,5%	61,5%
Benefícios Sociais	9 143 394 633	9 373 974 500	7 047 407 175	77,1%	75,2%
Outras Despesas	3 217 502 742	3 094 995 352	1 183 170 314	36,8%	38,2%
Adiantamento por regularizar			677 603 131	-	-
Outros pagamentos			11 108 979 278	-	-
<b>Soma das Despesas operacionais</b>	<b>66 107 799 286</b>	<b>69 369 393 829</b>	<b>54 075 628 392</b>	<b>81,8%</b>	<b>78,0%</b>
<b>Compra de Ativos e Passivos</b>					
	<b>9 948 778 238</b>	<b>9 435 924 790</b>	<b>1 983 547 886</b>	<b>19,9%</b>	<b>21,0%</b>
Ativos Não Financeiros	11 903 868 045	12 274 641 173	2 810 282 493	23,6%	22,9%
Ativos Financeiros	1 955 089 807	2 838 716 383	826 734 607	42,3%	29,1%
<b>Soma Compra de Ativos e Passivos</b>	<b>9 948 778 238</b>	<b>9 435 924 790</b>	<b>1 983 547 886</b>	<b>19,9%</b>	<b>21,0%</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>76 056 577 525</b>	<b>78 805 318 619</b>	<b>56 059 176 278</b>	<b>73,7%</b>	<b>71,1%</b>
<b>Saldo Global</b>	<b>-11 070 797 005</b>	<b>-11 325 903 854</b>	<b>-666 023 496</b>	<b>6,0%</b>	<b>5,9%</b>
<b>Passivos Financeiros - novo financiamento</b>					
	<b>31 686 450 529</b>	<b>31 941 557 409</b>	<b>15 668 964 179</b>	<b>49%</b>	<b>49%</b>
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	16 650 478 263	16 650 478 263	9 262 610 373	56%	56%
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	15 012 642 793	15 267 749 673	6 406 353 806	43%	42%
Depósitos Certif Depósito Poupan Pme Aquisições	23 329 473	23 329 473	0		
<b>Passivos Financeiros - reembolsos de financiamento</b>					
	<b>20 615 653 555</b>	<b>20 615 653 555</b>	<b>17 807 309 715</b>	<b>86%</b>	<b>86%</b>
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	10 605 905 265	10 605 905 265	7 162 162 386	68%	68%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações	9 822 748 290	9 822 748 290	10 584 950 872	108%	108%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	187 000 000	187 000 000	60 196 457	32%	32%
<b>Financiamento Líquido</b>	<b>11 070 796 976</b>	<b>11 325 903 854</b>	<b>-2 138 345 536</b>		
<b>Saldo Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-2 804 369 031</b>		

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**1 de janeiro a 30 de setembro de 2023**

**3. Notas Explicativas**

**Nota 1: Contexto Operacional**

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, cujas competências são fixadas no artigo 14º do Decreto Lei n.º 37/2016 de 17 de junho, republicado pelo Decreto Lei n.º 14/2018, de 7 de março, constitui uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, tendo como uma das atribuições a gestão das finanças do Estado, donde decorre a competência de através da Direção Nacional do Orçamento e Contabilidade Pública, coordenar a preparação e compilação das Contas Públicas do Estado, nos termos definidos no Decreto Lei nº 28/2018, de 24 de maio de 2018, em respeito aos princípios e normas gerais estabelecidos na Lei de enquadramento orçamental, da contabilidade pública e dos classificadores orçamentais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade, das normas internacionais do IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*) e demais práticas emanadas da legislação em vigor, concernentes a Contabilidade de Caixa.

Essas demonstrações financeiras são constituídas pela Demonstração de Recebimentos e Pagamentos de Caixa e pela Demonstração de Desempenho Orçamental, a partir de informações do Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira do Governo (SIGOF) e das Notas Explicativas.

**Nota 2: Políticas Contabilísticas**

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial elaborou as demonstrações financeiras, que integram a prestação de contas do III trimestre de 2023 e que estão em processo de adequação aos procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações financeiras em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NICSP sob o regime de caixa) e as boas práticas cabo-verdianas de Contabilidade Pública. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Escudos Cabo-verdianos (CVE), que é a moeda oficial do país e também a moeda de apresentação.

### **Nota 3: Abrangência**

As demonstrações financeiras são do Governo Central, formado pelos Órgãos de Soberania, Serviços Simples (Ministérios), Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos e por duas Agência Reguladoras, perfazendo um total de 79 instituições, cada qual com obrigação da execução do orçamento no sistema integrado de gestão orçamental e financeira do Governo (SIGOF) e do envio dos balancetes mensais, trimestrais e anuais conforme disposto no decreto Lei nº 1/2023, de 02 de janeiro de 2023.

Assim, o Governo Central abrange:

- Órgãos de Soberania – 8
- Serviços Simples – 23 (incluindo as estruturas que compõem a Chefia do Governo)
- Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos – 46
- Entidades Reguladoras - 2

### **Nota 4: Data da Autorização**

As demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 15 de novembro de 2023 pelo Dr. Olavo Correia, Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial.

### **Nota 5: Das Receitas e Despesas**

As receitas são provenientes de impostos, taxas, prestação de serviços, contribuição para segurança social, donativos, sendo recebidas por via bancária (registadas na conta única do tesouro), classificadas e escrituradas pelo regime de caixa, em Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei n.º 29/2001, de 19 de novembro e no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2023, aprovado a 02 de janeiro de 2023.

As despesas foram realizadas para custeio das atividades de funcionamento, pessoal e encargos, e outras despesas de natureza institucional, obedecendo as fases da despesa pública (cabimento, autorização, verificação, liquidação e pagamento), sendo, na sua maioria, efetuadas através de ordem bancária/transferência eletrónica de fundos e escrituradas pelo regime de caixa no Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os



## Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

procedimentos estabelecidos no Decreto-lei n.º 29/2001, de 19 de novembro e no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2023, aprovado a 02 de janeiro de 2023.

### Nota 6: Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data da transação dos recebimentos.

As disponibilidades da Administração Direta estão afetadas à Conta Única do Tesouro (CUT) que acolhe praticamente todas as disponibilidades financeiras da Administração Central.

### Nota 7: Impostos

Impostos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
DGCI	18 432	0	18 432	13 751
DGA	18 589	0	18 589	18 255
<b>Total de Impostos</b>	<b>37 021</b>	<b>0</b>	<b>37 021</b>	<b>32 006</b>

No terceiro trimestre de 2023, registrou-se um aumento de receita de impostos na ordem dos 15,7%, quando comparado aos dados do trimestre homólogo. Este acréscimo deriva das variações positivas dos impostos sobre rendimentos em 31,1%, do tributo especial unificado em 29,9%, dos impostos sobre bens e serviços em 14,0%, dos impostos sobre transações internacionais em 4,7% e outros impostos em 4,2%. As receitas da DGCI representaram 50,2% do total dos impostos e as arrecadadas pela DGA totalizaram os 49,8%.

### Nota 8: Contribuições para Segurança social

Contribuições para segurança social	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Taxa social única	0	0	0	0
Contribuições para segurança social	59	0	59	53
Outras contribuições	0	0	0	0
<b>Total de Contribuições</b>	<b>59</b>	<b>0</b>	<b>59</b>	<b>54</b>

As receitas advenientes da segurança social, em setembro de 2023, apresentaram um acréscimo de 10,1%, em face ao período homólogo de 2022. A sub-rubrica contribuições para a caixa de aposentações e pensões respondem por 99,3% do total da arrecadação das contribuições para a segurança social.

**Nota 9: Transferências**

<b>Transferências</b>	<b>Administração Direta</b>	<b>Fundos e Serviços Autónomos</b>	<b>Agregado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Governos Estrangeiros	1 284	59	1 343	484
Organismos Internacionais	138	17	155	324
Administrações Públicas	54	231	286	276
<b>Total de Transferências</b>	<b>1 476</b>	<b>308</b>	<b>1 784</b>	<b>1 083</b>

O agrupamento económico das transferências apresentou um acréscimo na ordem dos 64,6%, comparativamente ao período homólogo, sendo a rubrica governos estrangeiros representando 75,3% e as administrações públicas 16,0% do total de arrecadação desta receita. Concerne aos organismos internacionais o peso remanescente de 8,7% do total.

**Nota 10: Outras Receitas do Estado**

<b>Outras Receitas do Estado</b>	<b>Administração Direta</b>	<b>Fundos e Serviços Autónomos</b>	<b>Agregado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Rendimentos de propriedade	4 244	193	4 437	244
Venda de bens e serviços	3 013	1 262	4 275	3 892
Multas e outras penalidades	309	9	318	173
Outras transferências	65	105	170	77
Outras receitas diversas e não especificadas	135	34	169	153
<b>Total de Outras Receitas</b>	<b>7 766</b>	<b>1 604</b>	<b>9 370</b>	<b>4 538</b>

No trimestre em análise, a rubrica outras receitas registaram um acréscimo de 106,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, através da performance das sub-rubricas que compõem os principais elementos desse agregado de receitas:

- i. venda de bens e serviços, que aumentaram 9,9% (+383,8 milhões de CVE), devido a variação positiva, nomeadamente na taxa de segurança aeroportuária, das taxas de serviços de passaportes, das taxas de serviços aduaneiros guarda-fiscal, taxas de serviços policiais, dos emolumentos pessoais dos serviços de polícias e fronteiras, dos emolumentos judiciais, das taxas de serviços de viação, das outras taxas diversas e das outras taxas de outros serviços;
- ii. rendimentos de propriedade registou um acréscimo de 1.721,0% (+4.193,6 milhões de CVE), essencialmente nas sub-rubricas rendas de outras concessões e outras rendas;
- iii. verificou-se uma variação homóloga positiva nas receitas com multas e outras penalidades em 83,9% (+145,2 milhões de CVE);

## Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

- iv. um aumento na rubrica das outras receitas diversas e não especificadas em 10,8%; (+16,5 milhões de CVE), especificamente nas arrecadações com receitas na rubrica outras receitas diversas não especificadas;
- v. registou-se um aumento na arrecadação das outras transferências em 120,9% (+93,1 milhões de CVE).

### Nota 11: Outros Recebimentos

No agrupamento “outros recebimentos” enquadra-se os recebimentos por conta de terceiros e que são depositados no Tesouro, nomeadamente, cauções e contas de entidades externas ao Governo abertas no banco Tesouro e montantes dos cheques e transferências já emitidas que carecem de compensação financeira.

Até setembro de 2023, registou-se um total de recebimentos de 7.052,7 milhões de CVE, enquanto que no mesmo período em 2022 o valor recebido foi de 12.519,1 milhões de CVE.

### Nota 12: Pessoal e Encargos

Pessoal e Encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Pessoal e encargos				
Remunerações certas e permanentes	10 572	4 229	14 801	14 932
Encargos com a segurança social	493	426	918	1 596
<b>Total Pessoal e encargos</b>	<b>11 065</b>	<b>4 655</b>	<b>15 720</b>	<b>16 528</b>

No terceiro trimestre de 2023, as despesas com pessoal e encargos representaram 34,3% do total das despesas da Administração Central, atingindo os 15.719,7 milhões de CVE, sendo que as Remunerações certas e permanentes respondem a 94,2% do total desta rubrica e os Encargos com a segurança social 5,8%. Estão incluídos nesse grupo, a remuneração do pessoal ativo e subsídios.

Compreende ainda, as obrigações laborais de responsabilidade do empregador, contribuições a entidade de previdência e benefícios eventuais englobando encargos com saúde, seguros e acidentes no trabalho entre outros.

A Administração direta corresponde a 70,4% do total de despesas desta rubrica e os Fundos e Serviços Autónomos com 29,6%. Comparando o ano de 2023 com o ano de 2022, verificou-se que as despesas com pessoal e encargos diminuíram 4,9% (-808,1 milhões de CVE).

**Nota 13: Aquisição de bens e serviços**

Aquisição de bens e serviços	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Aquisição de bens	912	1 071	1 983	2 086
Aquisição de serviços	4 426	1 491	5 917	4 614
<b>Total aquisição de Bens e serviços</b>	<b>5 339</b>	<b>2 562</b>	<b>7 900</b>	<b>6 699</b>

A rubrica aquisição de bens e serviços, quando comparado com mesmo período do ano de 2022, apresentou um aumento de 17,9%, correspondendo a um peso de 17,3% do total das despesas, situando-se em 7.900,4 milhões de CVE.

Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as despesas com aquisição de bens correspondem a 25,1% e a aquisição de serviços 74,9% do total de despesas desta rubrica económica.

**Nota 14: Juros e outros encargos**

Juros e outros encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Juros da dívida Externa	1 989	0	1 989	1 479
Juros da dívida Interna	2 432	0	2 432	2 405
Outros Encargos	55	0	55	34
<b>Total de juros e encargos</b>	<b>4 475</b>	<b>0</b>	<b>4 475</b>	<b>3 918</b>

Comparando-se o terceiro trimestre de 2023 com o de 2022, verificou-se um aumento de 14,2% na rubrica juros e outros encargos. Esta performance, deveu-se ao acréscimo nas despesas com os juros da dívida pública externa em 34,4% (+509,4 milhões de CVE) justificado, pela moratória do serviço da dívida concedida pelos credores bilaterais e um comercial no período homólogo precedente, bem como pelo início do pagamento de capital de alguns empréstimos e do aumento dos juros da dívida pública interna em 1,1% (+26,8 milhões de CVE). Esse aumento resulta das novas emissões ocorridas nos anos transatos e no ano em análise.

**Nota 15: Subsídios**

Subsídios	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Subsídios Empresas Públicas Não Financeiras	598	200	798	426
Subsídios Empresas Privadas Não Financeiras	348	752	1 099	962
<b>Total de subsídios</b>	<b>123</b>	<b>952</b>	<b>1 897</b>	<b>1 388</b>

## Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Em setembro de 2023, a rubrica subsídios apresentou um aumento de 36,7% quando comparado com o mesmo período do ano transato, justificado pelos subsídios transferidos no âmbito da Resolução n.º 54/2021 de 16 de abril (resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas interilhas) e dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escalada de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Medidas estas adotadas através das Resoluções n.º 28/2022 de 25 de março e n.º 64/2022, de 10 de junho.

### Nota 16: Transferências

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Para Governos Estrangeiros	51	76	127	106
Organismos Internacionais	25	5	30	16
Administrações Públicas	3 761	108	3 870	3 777
Para outras Entidades	18	22	39,4	0
<b>Total de Transferências</b>	<b>3 855</b>	<b>211</b>	<b>4 066</b>	<b>3 900</b>

O total de transferências efetuadas aos organismos e entidades, para financiar as despesas, até setembro de 2023, foi de 4.065,6 milhões de CVE, representando um aumento de 165,8 milhões de CVE, relativamente ao mesmo período do ano transato. Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as transferências destinadas a fazer face aos compromissos das administrações públicas correspondem a 95,2% do total das transferências, seguido das despesas para os governos estrangeiros com 3,1%, outras entidades com 1,0% e organismos internacionais com 0,7%.

### Nota 17: Benefícios Sociais

Benefícios Sociais	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Pensões e Reformas	4 856	1 453	6 309	5 768
Evacuações de Doentes	39	267	306	288
Outros Benefícios Sociais em Numerário	393	38	431	344
Benefícios Sociais Em Espécie	0	1	1	1
<b>Total de Benefícios Sociais</b>	<b>5 288</b>	<b>1 759</b>	<b>7 047</b>	<b>6 401</b>

Os gastos com benefícios sociais atingiram uma execução de 7.047,4 milhões de CVE. Do montante executado, atestou-se que, grande parte do mesmo, 89,5% foi canalizado para

## Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

pensões e reforma. As pensões de aposentação e as pensões do regime não contributivo, cifraram em 4.377,9 milhões de CVE e 1.569,5 milhões de CVE, respetivamente, representando 62,1% e 22,3% do total de benefícios sociais.

Relativamente aos benefícios de assistência social, estes assinalaram uma variação homóloga positiva de 25,4% (+87,5 milhões de CVE).

### Nota 18: Outras Despesas do Estado

Outras Despesas	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Seguros	20	23	44	44
Partidos Políticos	56	0	56	55
Organizações não governamentais	54	93	147	621
Restituições	98	1	99	77
Indeminzações	92	1	93	460
Outras Despesas	191	553	745	658
<b>Total de Outras Despesas</b>	<b>511</b>	<b>672</b>	<b>1 183</b>	<b>1 915</b>

No que se refere a rubrica “Outras despesas do Estado”, estas registaram uma diminuição no montante de 732,0 milhões de CVE, quando comparado com o mesmo período em 2022. A rubrica outras despesas do Estado correspondem a 2,6% do total de pagamentos efetuados pela Administração Central no terceiro trimestre de 2023.

### Nota 19: Adiantamentos por regularizar

Esse agrupamento é referente aos adiantamentos efetuados à Comissão Nacional de Eleições e às Missões Diplomáticas e Postos Consulares. A regularização decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência. No período em análise a despesa por regularizar, situou-se em 677,6 milhões de CVE.

### Nota 20: Outros Pagamentos

No agrupamento “outros pagamentos” enquadra-se os pagamentos efetuados pelo Tesouro por conta de terceiros, utilizando os recursos destes depositados no Banco Tesouro e montantes dos cheques e transferências já emitidas que carecem de compensação financeira.

Até setembro de 2023, verificou-se um total de pagamentos de 11.109,0 milhões de CVE contra 15.441,9 milhões de CVE do ano de 2022.

**Nota 21: Venda de ativos não financeiros**

<b>Venda Ativos Não Financeiros</b>	<b>Administração Direta</b>	<b>Fundos e Serviços Autónomos</b>	<b>Agregado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Ativos fixos	13	3	15	5
Existências	0	0	0	0
Valores	0	67	67	0
Recursos naturais	23	0	23	414
<b>Total Venda Ativos Não Financeiros</b>	<b>36</b>	<b>70</b>	<b>106</b>	<b>419</b>

As vendas de ativos não financeiros cifraram-se em 105,9 milhões de CVE, registando um decréscimo de 74,7% (-313,2 milhões de CVE) comparativamente ao mesmo período do ano transato. Esta diminuição é devido a algumas vendas pontuais de ativos, que ocorreram em 2022 e não se registrou em 2023.

**Nota 22: Empréstimos concedidos – amortização**

<b>Empréstimos Concedidos - Amortização</b>	<b>Administração Direta</b>	<b>Fundos e Serviços Autónomos</b>	<b>Agregado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Empréstimos Concedidos	52	0	52	151
<b>Total de Empréstimos Concedidos</b>	<b>52</b>	<b>0</b>	<b>52</b>	<b>151</b>

Esta rubrica engloba as operações de amortizações efetuadas por terceiros no âmbito de empréstimos concedidos a título reembolsável. A conta de amortização de empréstimos concedidos no mercado interno resulta, essencialmente, do reembolso dos empréstimos concedidos às empresas públicas e autarquias locais.

**Nota 23: Depósitos Certificação Poupança Mi - Levantamentos**

Refere-se a movimentações nas contas bancárias, decorrente de saldos que foram utilizados para financiamento das despesas correntes. O total de saldos acumulados nesse trimestre é de 3.237,4 milhões de CVE.

**Nota 24: Compra de Ativos não Financeiros**

## Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Compra Ativos não financeiros	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Ativos fixos	2 501	262	2 763	2 899
Recursos naturais	44	4	47	48
<b>Total de Compra Ativos não financeiros</b>	<b>2 545</b>	<b>265</b>	<b>2 810</b>	<b>2 946</b>

No terceiro trimestre de 2023, a compra dos ativos não financeiros, registou um total de 2.810,3 milhões CVE, o que representa uma diminuição de 4,6% (-135,8 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo. Esta performance, resulta do decréscimo da aquisição de ativos fixos e ativos de fixos, que ocorreram no terceiro trimestre de 2022, mas não registraram no mesmo período de 2023.

### Nota 25: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição

Ações e Outras Participações	Administração Direta	Fundos e Serviços	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
BUCAN - CONSTRUÇÕES E IMOBILIARA, LDA	94	0	94	94
IMOBILIARIA PROMOMAX, LIMITADA	31	0	31	31
INFORPRESS, SA	4	0	4	7
INFRAESTRUTURAS DE CABO VERDE, SA	0	0	0	41
NEWCO, SA	873	0	873	881
TACV	1 000	0	1 000	884
OUTROS	0	0	0	0
<b>Total de Ações e Outras Participações</b>	<b>2 002</b>	<b>0</b>	<b>2 002</b>	<b>1 939</b>

As ações e outras participações adquiridas pelo Estado durante o terceiro trimestre de 2023 totalizou os 2.002,5 milhões de CVE, um aumento de 63,8 milhões de CVE, em face ao ano de 2022. As participações são, maioritariamente, investimentos em empresas públicas.

### Nota 26: Empréstimos Concedidos Mercado Interno

Empréstimos Concedidos - Mi Concedidos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Empréstimos Concedidos	460	0	460	977
<b>Total de Empréstimos Concedidos</b>	<b>460</b>	<b>0</b>	<b>460</b>	<b>977</b>

De janeiro a setembro de 2023, o Governo concedeu 460,3 milhões de CVE de empréstimos no mercado interno, contra 976,9 milhões de CVE, no mesmo período homólogo de 2022.



**Nota 27: Empréstimos Obtidos – Mercado interno**

<b>Empréstimos Obtidos PMI - Aquisições</b>	<b>Administração Direta</b>	<b>Fundos e Serviços Autónomos</b>	<b>Agregado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Empréstimos Obtidos	9 263	0	9 263	21 263
<b>Total de Empréstimo Interno</b>	<b>9 263</b>	<b>0</b>	<b>9 263</b>	<b>21 263</b>

As contas de empréstimos internos estão classificadas conforme a origem do credor interno. Deste montante, a maior parcela 6.536,7 milhões de CVE refere-se a obrigações do tesouro, seguido de bilhetes do tesouro de 2.744,5 milhões de CVE. Verifica-se uma diminuição de 56,4% (-12.000,1 milhões de CVE) dos empréstimos internos em relação ao exercício de 2022.

**Nota 28: Empréstimos Obtidos – Mercado Externo**

<b>Empréstimos Obtidos</b>	<b>Administração Direta</b>	<b>Fundos e Serviços Autónomos</b>	<b>Agregado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Multilateral</b>	<b>6 284</b>	<b>0</b>	<b>6 284</b>	<b>4 235</b>
BAD	414	0	414	902
BADEA	0	0	0	21
FIDA	240	0	240	55
BM/IBRD	101	0	101	0
OPEC	412	0	412	517
BM/IDA	2 972	0	2 972	1 156
IMF	2 146	0	2 146	1 584
<b>Bilateral</b>	<b>122</b>	<b>0</b>	<b>122</b>	<b>142</b>
FUNDO KUWAIT	0	0	0	83
JICA	122	0	122	59
<b>Comercial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total de Empréstimos Obtidos</b>	<b>6 406</b>	<b>0</b>	<b>6 406</b>	<b>4 377</b>

Os empréstimos obtidos a longo prazo estão classificados conforme a origem do credor externo, sendo multilateral, bilateral e comercial. Tais passivos estão concentrados essencialmente na categoria multilateral, especificamente como empréstimos a longo prazo, correspondendo a 98,1% dos valores totais dos empréstimos a longo prazo. Deste montante, a maior parcela 2.972,4 milhões de CVE refere-se à dívida com o BM/IDA ligados ao setor de economia, educação e tecnologia de informação,

**Nota 29: Amortização de Empréstimo Interno**

## Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Empréstimos obtidos - Pmi Amortizações	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2 022
Empréstimos obtidos	10 585	0	10 585	9 433
<b>Total de Empréstimos obtidos</b>	<b>10 585</b>	<b>0</b>	<b>10 585</b>	<b>9 433</b>

Em setembro de 2023, o item amortização de empréstimo interno cifrou-se em 10.585,0 milhões de CVE, apresentando um aumento de 12,2% (+1.151,5 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período do ano transato, reflexo do perfil de amortização dos títulos que constituem o portfólio da dívida interna.

### Nota 30: Amortização de Empréstimo Externo

Amortização de Empréstimo Externo	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Amortização de Empréstimo Externo	7 162	0	7 162	5 785
<b>Total de Amortização de Empréstimo Externo</b>	<b>7 162</b>	<b>0</b>	<b>7 162</b>	<b>5 785</b>

Comparando-se o terceiro trimestre de 2023 com o de 2022, verificou-se um aumento no total de amortização do empréstimo externo em 1.377,5 milhões de CVE (+23,8%), cifrando-se em 7.162,2 milhões de CVE.

### Nota 31: Amortização de Empréstimo Leasing

Amortização de Empréstimo Leasing	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Amortização de Empréstimo Leasing	60	0	60	94
<b>Total de Amortização de Empréstimo Leasing</b>	<b>60</b>	<b>0</b>	<b>60</b>	<b>94</b>

Relativamente a amortização de empréstimos leasing (decorrente da política de aquisição de viaturas do Estado), estes assinalaram uma variação homóloga negativa de -35,9% (-33,7 milhões de CVE).

### Nota 34: Saldo Inicial e Final de Caixa

O saldo inicial provisório da conta do Orçamento do Estado situou em 3.894,4 milhões de CVE tendo encerrado com 3.072,9 milhões de CVE em 30 de setembro de 2023.

Cabe mencionar que o saldo de depósito considerado nos demonstrativos financeiros diz respeito somente ao saldo da conta única do Tesouro do orçamento do Estado e cuja informação

## **Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade**

---

é estimada através das estatísticas do BCV. De observar que as estatísticas relativamente a 2023 ainda estão em processo do apuramento por parte daquela instituição. Prevê-se que saldo definitivo seja reportado aquando da apresentação da Conta Geral do Estado para 2023.